AgEcon SEARCH
RESEARCH IN AGRICULTURAL & APPLIED ECONOMICS

The World's Largest Open Access Agricultural & Applied Economics Digital Library

This document is discoverable and free to researchers across the globe due to the work of AgEcon Search.

Help ensure our sustainability.

Give to AgEcon Search

AgEcon Search
http://ageconsearch.umn.edu
aesearch@umn.edu

*Papers downloaded from **AgEcon Search** may be used for non-commercial purposes and personal study only. No other use, including posting to another Internet site, is permitted without permission from the copyright owner (not AgEcon Search), or as allowed under the provisions of Fair Use, U.S. Copyright Act, Title 17 U.S.C.*

A CERTIFICAÇÃO AMBIENTAL DE FLORESTAS, COMPETITIVIDADE E AMBIENTALISMO RENOVADO: UM ESTUDO DE CASO NA AGROINDÚSTRIA ERVATEIRA PUTINGUENSE – RIO GRANDE DO SUL

DEBORA NAYAR HOFF; RONI BLUME; EUGÊNIO ÁVILA PEDROZO;

CEPAN/UFRGS

PORTO ALEGRE - RS - BRASIL

debora.hoff@ufrgs.br

APRESENTAÇÃO SEM PRESENÇA DE DEBATEDOR

AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A Certificação Ambiental de Florestas, Competitividade e Ambientalismo Renovado: um Estudo de Caso na Agroindústria Ervateira Putinguense – Rio Grande do Sul.

Grupo de Pesquisa:
6 - AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

1. INTRODUÇÃO

A evolução da economia mundial vem, ao longo do tempo, impondo uma série de desafios aos setores produtivos das mais diversas áreas. O acirramento da concorrência proporcionada por um sistema econômico mundial, cada vez mais aberto, que inicialmente parecia afetar apenas às indústrias, se expande afetando também as atividades de serviço, agropecuárias e de extração de recursos naturais.

Este acirramento da concorrência nos mercados acaba sendo acompanhado pela mudança de perfil do consumidor, que passa a incluir na sua agenda preocupações com

questões relacionadas à preservação ambiental, em função da busca por melhor qualidade de vida. Entre as atuais demandas incidem temas como a sustentabilidade no uso dos recursos naturais, recuperação de áreas degradadas, bem como a diminuição no uso de poluentes e na geração de resíduos.

Apesar de ainda não representar o comportamento da maioria massiva dos consumidores, estas tendências já influenciam os processos de produção das organizações. Esta influência pressiona os produtores para uma mudança de postura, pois além da preocupação com produtividade, custos, competitividade, passa a ter que incluir as questões ambientais no processo de decisão que cerca o seu dia a dia.

Assim, percebe-se por conta destas mudanças que as ações das empresas para com a questão ambiental não são de demanda espontânea, e sim, de um movimento em resposta as exigências dos consumidores modernos. Tudo parece indicar que se constitui, a partir daí, todo um conjunto de formas de certificação do processo de produção como sinalizadoras do comprometimento com as novas exigências, das quais talvez as normas ISO 14000 sejam as mais conhecidas.

Neste contexto, existem autores que apontam o incremento de regulamentações e processos burocráticos ligados às questões ambientais como fontes de entraves a competitividade dos produtos, bem como de barreiras a entrada de produtos em certos mercados.

No mercado de produtos florestais, a certificação pelo Forest Stewardship Council – FSC, pode ser considerada como uma das mais importantes do mundo. Este em termos de referência, tornou-se quase uma exigência para a entrada de produtos de madeira na Europa, principalmente os destinados a produção de móveis. Por este fato, a obtenção deste tipo de certificação configura como um dos padrões de concorrência para diversos setores produtivos ligados a matérias-primas de origem florestal, sejam elas madeiráveis ou não madeiráveis.

Observa-se, de modo geral, que enquanto a adoção de certificações do tipo FSC representa padrão de competitividade no mercado internacional, no mercado nacional este tipo de certificação ainda representa um diferencial competitivo, podendo gerar ganhos para os produtos ou processos certificados.

Segundo o Greenpeace (2005), o crescimento do mercado de produtos certificados pelo FSC em todo o mundo cresceu em uma taxa próxima a 100% nos últimos dois anos. Percebe-se que o entendimento das normativas que embasam este tipo de certificado podem contribuir para a abertura ou permanência no competitivo mercado dos produtos florestais como destacam Simioni e Hoff (2003) ao estudar o setor florestal da Serra Catarinense, cada vez mais pressionado por questões relacionadas as causas ambientais[1].

Neste contexto onde cada vez mais as demandas ecológicas passam a influenciar os processos produtivos, impactando os rendimentos das empresas no mercado, parece pertinente questionar se um processo de gestão ambiental, que tem por diretriz de ação a certificação do manejo sustentado dos recursos florestais, pode gerar vantagens competitivas no mercado para os empreendedores. Assim, o objetivo geral do trabalho é identificar se a certificação florestal pode gerar, ou vem gerando, ganhos de

[1] Este setor é composto, em grande parte, por reflorestamentos de pinus e eucalipto e a exploração da mata nativa vem sendo controlada por uma forte legislação de preservação. Legislação esta estabelecida em virtude da quase extinção da mata araucária existente na região, que foi alvo de exploração não sustentável durante o período de 1940 a 1970, e que visa a preservação da mata nativa ainda existente, bem como ampliação desta por meio de condicionantes legais: para cada volume de mata florestada ou reflorestada a empresa deve preservar um determinado volume de mata nativa, o que passa também pelo replantio de espécimes locais.

competitividade para os empreendedores que a adotam. No caso específico sob estudo, estes ganhos podem estar gerando um diferencial tão significativo que representa uma vantagem competitiva no mercado.

O utilizado na pesquisa foi o estudo de caso, de acordo com os critérios de classificação científica sugerida por Yin (2001). Os procedimentos metodológicos contemplaram as seguintes etapas: 1. coleta de referencial teórico sobre tema em debate; 2. pesquisa documental contemplando as origens, características e informações históricas sobre a organização escolhida e seu empreendedor – os documentos acessados foram material de divulgação da empresa, informações disponibilizadas através site da empresa e algumas informações obtidas junto a universidade que dá suporte à iniciativa de certificação; 3. observação direta junto ao empreendimento visando compreender tanto o contexto quanto o fenômeno que está sob estudo – esta observação foi feita em visita a propriedade rural onde está situado o plantio de erva mate e a indústria beneficiadora. 4. coleta de dados através de entrevista, pois segundo Yin (2001) elas são importantes fontes de informações para um estudo de caso. A entrevista foi feita por dois pesquisadores em momentos distintos, tendo sido gravada em ambos os momentos. O procedimento de gravação da entrevista visou gerar uma expressão mais precisa do relato. Foi entrevistado o senhor Eduardo Guadagnin (dono do empreendimento) assim como alguns dos funcionários da unidade. As entrevistas ocorreram informal e espontaneamente e foram posteriormente transcritas pelos entrevistadores a partir da audição da gravação e confronto com outros dados coletados em documentos ou nas observações in loco; 5. A análise de dados se deu através de forma qualitativa, interpretados a luz do referencial teórico. Na análise buscou-se fazer uma triangulação de dados das diferentes fontes de informação.

O artigo foi construído sobre três eixos de análise. O primeiro visa a construção conceitual sobre competitividade, ambientalismo renovado e certificação florestal. Tal item se constituiu na base teórica da argumentação. O segundo, abrange uma revisão dos estudos nacionais e internacionais que avaliam resultados ou observem benefícios proporcionados pela certificação florestal. Finalizando busca-se, através do estudo de caso na agroindústria produtora de erva mate Putinguense, que se situa no município de Putinga no Rio Grande do Sul, obter informações que proporcionem a identificação de vantagens competitivas oriundas dos processos de certificação ambiental.

2. COMPETITIVIDADE, AMBIENTALISMO RENOVADO E CERTIFICAÇÃO

Na presente seção são desenvolvidos elementos conceituais acerca de competitividade, de ambientalismo renovado e dos processos de certificação. Na primeira subseção é definido o entendimento de competitividade, principalmente nas questões relativas aos padrões de competitividade.

A subseção seguinte então trata do ambientalismo, com ênfase no ambientalismo renovado e sua correlação com as idéias de desenvolvimento sustentável, que vão servir como a base de observação para analisar se o processo de certificação contemplado no estudo de caso corresponde com a idéia do ambientalismo renovado.

Por fim, a terceira subseção trata da conceituação relativa à certificação florestal concedida pelo FSC. A observação desta certificação específica ocorreu devido a sua importância frente a instituições que trabalham a questão ambiental e de preservação dos recursos naturais, como é o caso do Greenpeace. Assim, busca-se nesta etapa enfatizar as principais características do processo, principalmente as que são usadas como orientadoras dos padrões de certificação.

2.1 A COMPETITIVIDADE

A competitividade é entendida de diversas formas dentro das ciências sociais aplicadas, podendo tratar desde a análise de mercados específicos, onde várias firmas interagem, até o posicionamento de uma firma perante o mercado onde atua. Porém, esta amplitude acaba fazendo com que se tenha um conjunto de conceitos que nem sempre consegue expressar o que vem a ser um mercado competitivo, uma indústria competitiva, ou uma firma competitiva.

Uma das possibilidades de definição de indústria competitiva é apresentada por Guimarães (1982, p.34). Para este autor é possível identificar as indústrias competitivas[2] por um conjunto de características próprias, quais sejam: "1. não existem barreiras à entrada de pequenos produtores; 2. os produtores com custos mais elevados (as firmas marginais) são firmas pequenas e apresentam uma taxa de lucro nula ou apenas ligeiramente superior a zero; 3. as firmas marginais respondem por uma parcela não negligenciável da produção total da indústria." Para este autor, a competição pode acontecer por preço ou por diferenciação.

Outra possibilidade conceitual é a apresentada por Ferraz, Kupfer e Haguenauer (1997, p. 3), que vão tratar da empresa ou firma competitiva. Para estes autores, competitividade é "a capacidade da empresa formular e implementar estratégias concorrenciais, que lhe permitam ampliar ou conservar, de forma duradoura uma posição sustentável no mercado" – importante enfatizar que esta sustentabilidade refere-se a sustentabilidade econômico-financeira ao longo do tempo. Entende-se assim, que a concorrência é a competição das empresas por um espaço privilegiado no mercado que possa lhe proporcionar um maior
volume de vendas, um maior preço pelo produto, garantias de vendas no médio e no longo prazo, e não necessariamente um destes benefícios por vez, pode-se pensar em estratégias empresariais visando a competitividade.

Neste sentido, Ferraz, Kupfer e Haguenauer (1997, p. 7) completam sua idéia acerca da competitividade das firmas com a seguinte afirmativa, "as empresas buscariam adotar, em cada instante, estratégias (gastos em aumento de eficiência produtiva, qualidade, inovação, marketing, etc.) voltadas para capacitá-las a concorrer em preço, esforço de venda ou diferenciação de produtos em consonância com o padrão de concorrência vigente no seu mercado".

Desta afirmativa retira-se uma questão importante: as empresas precisam conhecer os mercados onde concorrem e a forma como os competidores atuam no mercado. Isso significa que as estratégias tendem a ser semelhantes entre as empresas que atuam em um determinado mercado. Coutinho e Ferraz (1997, p. 18) vão corroborar com esta argumentação apontando que "o sucesso competitivo passa, assim, a depender da criação e da renovação das vantagens competitivas por parte das empresas, em um processo em que cada produtor se esforça para obter peculiaridades que o distingam favoravelmente dos demais (...)".

Começa a ser importante, neste âmbito, a conjuntura na qual a empresa está inserida, ou seja, é importante saber como estão as questões macroeconômicas, infra-estruturais e internas da empresa, para que a empresa possa definir suas estratégias com alto grau de sucesso. A estas questões, Coutinho e Ferraz chamam de fatores determinantes

[2] Guimarães (1982) usa o termo indústria como sendo a identificação de um determinado setor produtivo composto por um conjunto de firmas. Então ele irá analisar indústria competitiva como sendo um mercado onde ocorre concorrência entre as firmas e não como uma empresa posicionada em um determinado mercado.

da competitividade. Para eles, "o desempenho competitivo de uma empresa, indústria ou nação é condicionado por um vasto conjunto de fatores, que pode ser subdividido naqueles internos à empresa, nos de natureza estrutural, pertinentes aos setores e complexos industriais e nos de natureza sistêmica" (1997, p. 19).

Completando a idéia Azevedo (2000, p. 63) insere a terminologia da sustentabilidade. Para este autor, "competitividade pode ser entendida como a capacidade de uma empresa crescer e sobreviver de modo sustentável" – novamente o enfoque de sustentabilidade refere-se a sustentabilidade econômica do empreendimento ao longo do tempo. Ou seja, observada a conjuntura de inserção, e as competências possuídas pela empresa, ser competitivo é encontrar formas de articular os recursos e competências internas das firmas, com os disponibilizados pelo meio sistêmico e estrutural no qual estão inseridas a fim de conquistar espaço no mercado, junto aos consumidores, em uma posição melhor do que a dos concorrentes. Existem algumas linhas de pesquisa, como a visão baseada em recursos, que enfatizam este tipo de análise.

Retomando a idéia dos padrões de concorrência, os trabalhos de Ferraz, Kupfer e Haguenauer (1997) e de Coutinho e Ferraz (1997) permitem o estabelecimento de uma correlação mais clara entre estes, os fatores determinantes da competitividade (internos, sistêmicos e estruturais) e as estratégias competitivas adotadas pelas firmas. Parte desta correlação, ou seja, entre padrões e estratégias competitivas, pode ser entendida nas palavras de Coutinho e Ferraz , "os padrões de concorrência fornecem as balizas estruturais que condicionam o processo decisório das estratégias competitivas das empresas" (1997, p.6).

Continuando com a correlação, o padrão de concorrência, por sua vez, decorre dos fatores determinantes da competitividade, que segundo Coutinho e Ferraz "são influenciados pelas características estruturais e comportamentais do ambiente competitivo da empresa, sejam as referentes ao seu setor/mercado de atuação, sejam as relacionadas ao próprio sistema econômico" (Idem). Destas correlações pode se depreender um conceito de padrão de competitividade, que passa a ser entendido como o conjunto de requisitos mínimos que precisam ser atendidos pela empresa para que tenha condições de ser um competidor no seu mercado de atuação. Sem estes requisitos mínimos a empresa não estaria habilitada a participar do jogo concorrencial.

As idéias de Best (1990) vão dar suporte a esta última afirmativa. Este define ação estratégica como a capacidade que as empresas demonstram, individualmente ou em conjunto, de alterar a seu favor, características do ambiente competitivo tais como a estrutura de mercado e os padrões de concorrência.

Em termos amplos se pode observar que as noções brevemente apresentadas sob o enfoque da competitividade não são antagônicas entre si, mas apresentam determinada complementaridade, sendo esta caracterizada pela necessidade de conhecer tanto o mercado como os participantes para se balizar as ações das empresas. Neste sentido, se a idéia de Ferraz, Kupfer e Haguenauer (1997) dá a impressão de uma postura tácita (verificam-se os padrões e fatores determinantes da competitividade e se projetam ações estratégicas para se ajustar a eles), o enfoque de Best (1990) dá uma conotação mais dinâmica ao processo (usam-se as estratégias para reverter padrões e fatores determinantes a favor da empresa). Sendo que como complemento torna-se cada vez mais importante para as firmas valorizar os recursos internos como fonte das diferenciações que geram vantagens no jogo concorrencial, sendo para tal tarefa a visão baseada em recursos de grande contribuição.

Entende-se assim que cada vez mais a competitividade passa ser um desafio para as empresas e a procura por mercados diferenciados tornou-se meta para render negócios

lucrativos. Na busca muitas empresas têm orientado as suas estratégias para os "negócios verdes" diante a pressão exercida pelos *stakeholders*, pela comunidade local ou por interessados em causas ambientais. Este "esverdeamento" como sugerem Bansal e Roth (1999) é acompanhado de uma nova postura dos gestores das empresas que passaram a consideraram os impactos ecológicos causados pelas ações dos processos produtivos na tentativa de inverter as externalidades negativas em positivas sem, no entanto abrir mão da competitividade. Neste sentido faz-se necessário discutir sobre o tema do ambientalismo renovado que abarca esta nova postura em relação às causas ambientais.

2.2 O AMBIENTALISMO RENOVADO

A ampliação das discussões acerca do meio ambiente, sua preservação e seu impacto na sustentabilidade dos processos produtivos e da civilização reflete-se na sociedade de diversas formas, inclusive na produção científica que aborda a temática. Além das preocupações individuais, das preocupações oriundas da sociedade civil em geral e da sociedade civil organizada, vários cientistas contemporâneos preocupam-se com as questões ambientais. Estas preocupações impactam na geração de uma série de tendências na abordagem da temática ambiental.

É justamente dentro deste ambiente cheio de tendências que Egri e Pinfield (2001) propõe seu estudo acerca da Ecologia e Meio Ambiente. Neste, sistematizam várias tendências existentes dentro do trato das questões ambientais, não só em perspectiva histórica e evolutiva, como também do posicionamento destas sobre a forma de preservação dos recursos naturais. Egri e Pinfield (2001) chegam a três perspectivas que tratam do que chamam de "eco-ambientes". Observando-as tentam demonstrar como os valores ecológicos estão entrelaçados com os valores humanos no que concerne às realidades social, política e econômica desejadas.

As três perspectivas pautadas pelos autores citados são: a) o **paradigma social dominante** que visualiza progresso ilimitado resultante da exploração de recursos naturais infinitos; b) o **ambientalismo radical** oposto à primeira perspectiva e que defende o igualitarismo das bioespécies no qual o progresso econômico é negligenciado em favor da harmonia com a natureza; e c) o **ambientalismo renovado,** considerado uma perspectiva intermediária dentro da qual ocorre a defesa de arranjos sociais e biológicos nos quais existe um equilíbrio entre os interesses da humanidade e da natureza.

O ambientalismo renovado segundo Mafessoli (1996) se insere entre os outros dois enfoques mais radicais e pode ser uma alternativa para quem busca discutir formas de exploração dos recursos naturais, sem exterminar a fonte destes recursos. Para este autor está havendo uma ecologização do mundo social, onde a natureza assume um status diferente de apenas objeto de uso, mas se insere cada vez mais em um processo de cooperação devido a mudança do comportamento da sociedade em relação a consciência ambiental.

Complementando esta observação, Andrade (2004), traz uma questão relevante que perpassa a inovação tecnológica e o uso das tecnologias nesta busca por processos mais cooperativos entre o homem e o meio ambiente. Para este autor, cabe ao ambientalismo, entre outros movimentos contemporâneos, buscar a inovação do interior das grandes corporações e agências governamentais e disseminá-la para o conjunto de grupos sociais, criando condições para o estabelecimento de ambientes plurais e eficientes. Continua sua defesa sobre o uso da tecnologia apontando para o fato de que as idéias sobre risco e precaução não podem impedir a experimentação constante e a busca de eficiência

tecnológica, desde que estejam submetidos a duas questões principais: democracia e sustentabilidade.

Enfocando a questão da tecnologia como um dos caminhos possíveis para se alcançar a sustentabilidade do uso dos recursos e trazendo para junto desta idéia a questão do desenvolvimento, Egri e Pinfield (2001, p.10) fazem a seguinte afirmativa:

> A perspectiva do ambientalismo renovado representa uma modificação de valores antropocêntricos, a fim de incluir valores biocêntricos, na medida que existe desenvolvimento sustentável, definido como alcançar as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de alcançarem as suas próprias (...). Nesta perspectiva, a tecnologia é o veículo para o progresso científico e econômico, bem como o meio para detectar e gerenciar os riscos ambientais que ameaçam a sobrevivência humana e o seu bem-estar.

Tanto Egri e Pinfield (2001), como Virtuoso (2004), e Andrade (2004) têm como pano de fundo as suas argumentações ao vincularem ambientalismo renovado ao desenvolvimento, o conceito de desenvolvimento sustentável estabelecido no Relatório Brundtland, em 1987. Neste se estabelece que desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das futuras gerações satisfazerem suas próprias necessidades (WCED, 1987, p.47).

Mesmo sendo um conceito sendo um conceito controverso em sua origem em função da dificuldade para a delimitação ou caracterização do que seriam as "tais necessidades" a serem atendidas, este continua a ter influência nas ações políticas, principalmente após o Encontro Rio-92 que estabeleceu como de diretrizes básicas de observação as questões econômicas, ambientais e a sociais. Isto pode ser comprovado através do "World Development Report 2003" do Banco Mundial que assumiu estas dimensões como pilares para a discussão da sustentabilidade do desenvolvimento em âmbito mundial, estando estas presentes em seus documentos, "...assegurar o desenvolvimento sustentável requer prestar atenção não só no crescimento econômico, mas também nos assuntos ambientais e sociais... a menos que se atenda integralmente a transformação da sociedade e ao uso do meio ambiente, em conjunto com o crescimento econômico, o próprio crescimento estará grandemente ameaçado no longo prazo" (WDR, 2003, p. 1).

Porém, vislumbrar a idéia da sustentabilidade ambiental para o uso dos recursos em conformidade com a perspectiva dos negócios, um legítimo trade-off entre competitividade via produção em escala versus sistemas de produção ambientalmente sustentáveis, já era apontado por Ribeiro (1992) com de difícil conciliação[3].

Na verdade, aponta o autor, é necessária uma evolução do pensamento econômico acerca do meio ambiente de modo que o conceito de sustentabilidade passe a influenciar as idéias de desenvolvimento no campo econômico. Neste sentido o autor aponta importantes implicações da noção de desenvolvimento sustentável em relação ao mundo dos negócios:

[3] Atualmente despontam duas áreas do conhecimento que buscam debater estas dicotomias: a Economia Ecológica e a Ecologia Industrial. A Economia Ecológica preocupa-se com a quantificação das comparações entre benefícios e custos econômicos e ambientais e com a gestão dos riscos ambientais. A Ecologia Industrial está focada nos meios de alcançar sistemas de produção ambientalmente sustentáveis (Egri e Pinfield, 2001).

> 1 – Uma mudança para a economia de oportunidade que facilite o acesso empresarial aos mercados e capacidade tecnológica. Isso inclui melhor acesso ao crédito, aos mercados e à tecnologia apropriados. 2 – Uma mudança para uma economia de conservação que incentive a inclusão de valores ambientais nas práticas comerciais. Isso significa uma reciclagem, um remanejamento e uma economia de reparo na qual o mundo em desenvolvimento usufruiria de muitas vantagens. 3 – Uma mudança para uma economia que promova investimento a longo prazo e lucros reais, ao invés de maximização de lucros a curto prazo. 4 – Uma mudança para uma cultura de poupança, ao invés de uma cultura baseada no consumo imediato" (Ribeiro, 1992, p. 25)

Um das formas de oportunizar esta conciliação talvez passe pelas regulamentações vindas da esfera governamental. Segundo Egri e Pinfield (2001), mesmo diante as dificuldades de implementação das normativas a efetiva colaboração entre esfera pública e privada, para a construção de boas práticas no uso dos recursos naturais e de limites de exploração sustentável, constituem-se em uma iniciativa viável para a construção da idéia do meio ambiente sustentável, sendo o ambientalismo renovado uma ponte para tal caminho.

É claro que a proposição do ambientalismo renovado não está imune às críticas, sobretudo dos ecologistas radicais. Estes enfatizam que a abordagem não obrigaria as pessoas, de forma geral, a um compromisso forte com a preservação do meio ambiente, uma vez que permite pensar-se no uso dos recursos naturais e que isso não colocaria freios na exploração do meio ambiente. Por outro lado, segundo Egri e Pinfield (2001), as criticas dos economicistas incidem sobre a questão dos custos de produção e da redução dos empregos implícitas na agenda do ambientalismo renovado, bem como que o excesso de regulamentações ambientais é uma ameaça à livre-iniciativa e às liberdades individuais, implicando em aumento da burocracia estatal.

Em termos amplos os elementos considerados como o pano de fundo de toda a discussão tem como prioridades a idéia de que os recursos naturais podem e precisam ser utilizados para garantir a qualidade de vida da humanidade e que a humanidade precisa preocupar-se e trabalhar para a preservação do meio ambiente visando a sustentabilidade de seu desenvolvimento. Neste sentido é que a noção de ambientalismo renovado tende a incorporar a noção da sustentabilidade como modo de agir na tomada das decisões empresariais. Devemos recordar que é uma proposição recente carente de pesquisas empíricas, mas que demonstra grande potencial desenvolver relações entre indústrias, governos e a sociedade em geral de modo a compor uma agenda de pesquisas para a elaboração de políticas públicas ambientais visando o uso racional dos recursos naturais.

De acordo com esta diretriz a certificação florestal tratada na próxima subseção apresenta importantes indicativos sobre o uso teórico-prático sobre a questão debatida.

2.3 CERTIFICAÇÃO FLORESTAL

O Conselho de Manejo Florestal, Forest Stewardship Council – FSC, é uma entidade internacional, surgida do trabalho de um grupo de consumidores, produtores e comerciantes de madeira, além de representantes de organizações ambientalistas e de direitos humanos, que no início da década de 90, sentiram a necessidade de identificar a madeira oriunda de florestas, bem como aquela oriunda de reflorestamentos, buscando estabelecer referências do que seria um bom manejo florestal (FSC-Brasil, 2005). De acordo com Martinelli (2005, p.1), esta entidade tem com o "propósito de concentrar a

conservação ambiental, a viabilidade econômica e benefícios sociais em um único sistema internacional de certificação florestal".

O FSC credencia organizações certificadoras de modo a garantir a autenticidade de suas declarações acerca dos manejos florestais que observam e certificam. Neste processo, o grande objetivo do FSC é "promover o manejo das florestas do mundo de forma ambientalmente adequada, socialmente benéfica e economicamente viável" (FSC-Brasil, 2005, p. 1). Tal propósito é cumprido através do estabelecimento de um padrão mundial de princípios de manejo florestal.

É interessante observar que o FSC-Brasil (2005, p.1), quando inicia a apresentação das explicações relativas aos padrões de certificação e critérios universais que as certificadoras vem utilizando, aponta para o fato de que "é amplamente aceito que os recursos florestais e as áreas por eles ocupadas devam ser manejados para suprir as necessidades sociais, econômicas, ecológicas, culturais e espirituais de gerações presentes e futuras". Além disso, enfatiza que são observados no processo de certificação aspectos econômicos, sociais e ambientais, dentro de cada princípio estabelecido. Cabe ressaltar que nestas primeiras linhas já fica evidente a correlação dos objetivos da certificação florestal via FSC com os conceitos de desenvolvimento sustentável apresentados na seção anterior, seja o oriundo do Relatório Brundtland, seja o estabelecido a partir do encontro Rio-92. Pode-se depreender a ligação da certificação florestal, por esta via, com as idéias de ambientalismo renovado.

Continuando com o entendimento do processo de certificação do FSC, este tem por base um conjunto de princípios e critérios estabelecidos e aplicáveis para todos os tipos de florestas (tropicais, boreais e temperadas) e tipos de manejo (nativas, plantações totais e plantações parciais) e que têm reconhecimento e respeito em âmbito mundial. Fica claro nos documentos disponibilizados pelo FSC-Brasil que a classificação da floresta antes do início do processo de certificação é feita localmente, a partir de padrões reconhecidos pelo FSC. O Conselho reconhece diferenças entre plantações florestais de espécies exóticas e de espécies nativas, considerando que as primeiras apresentam mais riscos que as segundas e exigirão salvaguardas ecológicas e sociais adicionais (FSC-Brasil, 2005).

Sobre os princípios e critérios de certificação, Martinelli (2005) ainda afirma que estes representam diretrizes globais propostas para um bom manejo florestal e que devem ser combinados ou considerados conjuntamente com as legislações nacional, internacional e local aplicáveis no sistema sob certificação.

Os princípios e critérios de certificação apresentados pelo FSC podem ser apreciados no quadro n° 1. Este conjunto de delimitadores contribui para o estabelecimento de padrões de certificação para vários tipos de florestas e de manejo, conforme afirmado acima. O site do FSC-Brasil disponibiliza os padrões de certificação, detalhadamente, para os seguintes tipos de certificação já estabelecidos: Padrão Mata Atlântica, Padrão Castanha da Amazônia, Padrão de Plantações, Padrão Floresta Amazônica de Terra Firme, Padrão SLIMF[4] Amazônia Brasileira. O órgão informa que estes padrões são e devem ser desenvolvidos em nível nacional e local, visando observar a especificidade de cada sistema em certificação, tendo por base os princípios e critérios já mencionados. (FSC-Brasil, 2005).

Quadro n° 1: Princípios e critérios apresentados pelo FSC.

Princípio	Explicação
1. Obediência às leis e aos	O manejo florestal deve respeitar todas as leis aplicáveis ao país onde opera, os

[4] *Slow and Law Intensity Manged Forests* (Martinelli, 2005).

princípios do FSC	tratados internacionais e acordos assinados por este país e obedecer a todos os princípios e critérios do FSC.
2. Responsabilidades e direitos de posse e uso da terra	Os direitos de posse e uso de longo prazo relativos à terra e aos recursos florestais devem ser claramente definidos, documentados e legalmente estabelecidos.
3. Direitos dos povos indígenas	Os direitos legais e costumários dos povos indígenas de possuir, usar e manejar suas terras, territórios e recursos, devem ser reconhecidos e respeitados.
4. Relações comunitárias e direito dos trabalhadores	As atividades de manejo florestal devem manter ou ampliar o bem estar econômico e social de longo prazo dos trabalhadores florestais e das comunidades locais.
5. Benefícios da floresta	As operações de manejo florestal devem incentivar o uso eficiente dos múltiplos produtos e serviços da floresta para assegurar a viabilidade econômica e uma grande gama de benefícios ambientais e sociais.
6. Impacto ambiental	O manejo florestal deve conservar a diversidade ecológica e seus valores associados, os recursos hídricos, os solos, e os ecossistemas e paisagens frágeis e singulares, e assim atuar, manter as funções ecológicas e a integridade da floresta.
7. Plano de Manejo	Um plano de manejo apropriado a escala e intensidade das operações propostas deve ser escrito, implementado e atualizado. Os objetivos de longo prazo do manejo florestal e os meios para atingi-los devem ser claramente definidos
8. Monitoramento e avaliação	O monitoramento deve ser conduzido – apropriado a escala e à intensidade do manejo florestal – para que sejam avaliados a condição da floresta, o rendimento dos produtos florestais, a cadeia de custódia, as atividades de manejo e seus impactos ambientais e sociais.
9. Manutenção de florestas de alto valor de conservação	As atividades em manejo de florestas de alto valor de conservação devem manter ou ampliar os atributos que definem estas florestas. Decisões relacionadas às florestas de alto valor de conservação devem sempre ser consideradas em contexto de uma abordagem precautória.
10.Plantações	As plantações devem ser planejadas e manejadas de acordo com os princípios e critérios de 1 a 9 e o princípio 10 e seus critérios. Considerando que as plantações podem proporcionar um leque de benefícios sociais e econômicos, e contribuir para satisfazer as necessidades globais por produtos florestais, recomenda-se que elas complementem o manejo, reduzam as pressões e promovam a restauração e conservação das florestas naturais.

Fonte: FSC-Brasil. **O processo de certificação.** Disponível em <www.fsc.org.br>. Acesso em 11 de junho de 2005.

Para o Greenpeace (2005), os critérios de certificação florestal do FSC são os melhores em âmbito mundial, porque o consumidor tem garantias que a extração da madeira foi realizada de forma ambientalmente adequada, além do selo indicar que os direitos das comunidades que vivem na floresta, ou próxima a ela, foram respeitados. Mais que isso, o selo também ajuda a garantir que a exploração da madeira resulta em benefícios para a população local, bem como "condições de trabalho adequadas, segurança e melhor qualidade de vida para os trabalhadores". O que é justificado pelo conjunto de princípios e critérios que orienta a certificação.

Corroborando com esta idéia, Taylor (2005) aponta em seu estudo que o FSC representa uma aliança entre organizações ambientais, indústrias da madeira e usuários de produtos florestais que não tem precedentes. Para ele, desde que o FSC foi fundado, um grande conjunto de programas de certificação florestal foi sendo paralelamente desenvolvido por outros órgãos e instituições, mas quando estas certificações são comparadas com a proposta do FSC, nenhuma atinge o grau de rigor desenvolvido e exigido pelo Conselho, fazendo com que a certificação do FSC seja preferida entre as demais.

Entendido, de forma geral, o que envolve o processo de certificação florestal fornecido pelo FSC, o próximo passo é verificar como a literatura vem tratando dos benefícios gerados por este tipo de certificação.

3. BENEFÍCIOS PROPORCIONADOS PELA CERTIFICAÇÃO FLORESTAL

Nesta seção se busca apontar indicativos na literatura nacional e internacional acerca de benefícios encontrados na implementação da certificação do manejo de produtos florestais. Cabe sublinhar que mesmo de forma sumária os trabalhos apresentados possibilitam o entendimento de como a certificação pode contribuir para ganhos de competitividade dos produtos junto aos mercados onde são comercializados.

Neste sentido, a primeira ênfase que se quer dar é sobre os benefícios que o próprio FSC identifica para quem busca certificação do manejo florestal. Segundo o FSC-Brasil (2005), os principais benefícios da obtenção da certificação seriam: a) **para os produtores florestais:** preços melhores, aumento de produtividade, melhoria de imagem; b) **para beneficiadores e revendedores:** garantia de origem, reconhecimento do mercado, responsabilidade social; c) **para os consumidores:** garantia de origem, contribuição para a causa (no sentido da preservação ambiental, respeito a legislação, direito dos trabalhadores e da comunidade). É importante destacar que o FSC-Brasil não ilustra estas questões com dados quantitativos.

Em âmbito nacional, Martinelli (2005a), destaca os resultados de uma oficina promovida pelo FSC-Brasil entre 26 e 27 de fevereiro de 2004 na cidade de Porto Velho, RO. Um dos objetivos da oficina era desenvolver uma analise de ambiente utilizando trabalhos em grupos de forma a ressaltar os pontos fortes e fracos, bem como oportunidades e ameaças para a certificação do manejo florestal nos projetos comunitários. A atividade contou com a participação de líderes comunitários, associações de produtores do estado de Rondônia, técnicos envolvidos com projetos comunitários, IBAMA, FUNAI, ONG's e representantes de povos indígenas.

Entre os pontos fortes identificados e registrados por Martinelli (2005a) estavam: facilidade de acesso a mercados; garantia de origem do produto ao consumidor; sustentabilidade da floresta; preservação das espécies ameaçadas de extinção; transparência do processo para a sociedade; legalidade do trabalho, maior valor agregado ao produto; acesso a novos mercados e conseqüente aumento de renda; melhor planejamento de ações e maior organização; respeito às questões indígenas; aprendizado acerca do gerenciamento do processo produtivo florestal, principalmente para os povos indígenas. Entre os pontos fracos aparece o aumento de custo da produção e a concorrência com produtores que atuam ilegalmente ou com custos mais baixos, excesso de burocracia, falta de apoio e incentivo governamental para os processos de certificação e a falta de entendimento da sociedade acerca do que é a certificação florestal.

No que se refere a questão do ponto de vista internacional pode-se ressaltar trabalhos que apontam importantes contribuições para o tema. Nebel, Quevedo, Jacobsen e Helles (2005), em estudo de caso das florestas da Bolívia, buscaram identificar se os produtores estão sendo beneficiados economicamente pela certificação em função de conseguirem sistemas de produção mais eficientes, acesso mais facilitado a mercados e preço prêmio para seus produtos. Entre as conclusões mais significativas do trabalho estão o fato dos produtores conseguirem um preço prêmio maior pelos produtos certificado, preço dos produtos avaliados varia entre 5 e 51% sobre o preço médio dos produtos não certificados, que cobre o incremento dos custos de produção gerado pela adoção da certificação. Outra conclusão interessante é o fato de identificarem uma função de controle sobre a cadeia produtiva gerada pela certificação, oriunda da criação de fóruns compostos de diferentes atores do processo, onde o consenso e pontos de referência comuns acerca das práticas de gerenciamento florestal tendem a ser estabelecidos.

Outro enfoque encontrado nos estudos internacionais está correlacionado com a conservação da biodiversidade proporcionada pela certificação florestal. Gullison (2003) afirma em seu estudo que os produtores que optam pela certificação conseguem obter facilidade de acesso a mercados e altos preços por seus produtos. Mais do que isso, no entanto, ele conclui que a certificação pode ser um caminho para a conservação da biodiversidade dos sistemas que certifica. Para o autor essa possibilidade precisa levar em conta as seguintes questões:

- o processo de certificação do FSC gera incrementos gerenciais, principalmente com respeito a valorização de florestas manejadas para a biodiversidade;
- incentivos correntes não são suficientes para atrair a maioria dos produtores para obter a certificação, particularmente em países tropicais, onde os custos de certificação são significativamente maiores do que os ganhos obtidos dela; os incentivos avaliados são menos capazes de convencer os donos de floresta a manter a cobertura florestal e gerar produtos certificados em bases sustentáveis do que desflorestando as áreas e gerando produtos agrícolas;
- até o presente, volumes correntes de produtos florestais certificados são insuficientes para reduzir a demanda por madeira de florestas de alto valor de conservação.

Gullison (2003) chega a conclusão que para inverter este quadro é necessário reequilibrar o jogo entre o incremento dos custos de produção e os ganhos gerados pela certificação dentro dos países tropicais.

Alguns autores, como De Camino e Alfaro (1998) contribuem com a discussão apontando aspectos positivos e negativos da certificação. Apesar de abordarem estes aspectos para vários atores envolvidos no processo como: as unidades produtoras, os governos, certificadores, consumidores, entre outros, a parte fundamental do estudo são as vantagens e desvantagens verificadas para as unidades de produção certificadas na América Central e no México, como pode ser apreciado no quadro 2, abaixo.

Quadro n° 2 – Experiências positivas e negativas da certificação das unidades de manejo florestal na América Central e México.

Experiências Positivas e Oportunidades	Restrições
As Unidades de Manejo Florestal (UMF) certificadas são inovadoras e tem altos padrões de manejo florestal; A certificação geralmente não tem sido um processo difícil; A certificação dá credibilidade e melhora os aspectos técnicos do manejo florestal; A certificação melhora o rendimento social; A certificação melhora de várias formas a competitividade; Existe a percepção de que a certificação ganha em credibilidade	Há percepção de que a certificação é cara; Qualidade variável do ferramental das certificadoras; Expectativas não realistas sobre os benefícios da certificação; Os efeitos da instabilidade política e econômica sobre a certificação; Manutenção da reputação do selos padrões aplicados aos projetos.

Fonte: Adaptado de De CAMINO, Ronnie; ALFARO, Marielos. La certificación em américa Latina: experiências hasta lafecha. **Red Forestal para El Desarrollo Rural.** London: ODI, n.23C, verão 1998.

No quadro 2 se pode verificar que fica evidenciado a percepção acerca de ganhos de competitividade oriundos da certificação, contrapondo-se a isso o incremento de custo observado como uma restrição no processo.

De Camino e Alfaro (1998) apontam ainda que a certificação via FSC resulta em melhoramentos do manejo técnico florestal, da relação com trabalhadores e autoridade locais e acesso a novos mercados. Porém o mesmo processo de certificação é criticado por

apresentar um forte viés do paradigma conservacionista estabelecido pelos países desenvolvidos. Estes estão preocupados muito mais com as questões ambientais do que com a realidade dos negócios. Fato que acaba sendo ratificado pelas certificadoras que são em grande parte oriundas daqueles países (apontam esta questão principalmente pela resistência nos processos de certificação do manejo de florestas nativas não plantadas). Enfatizam que os níveis de qualidade e exigência feitos para a certificação deveriam ser adaptados a realidade dos locais onde esta ocorre.

Sobre esta critica cabe fazer uma ressalva. Informações coletadas junto ao FSC-Brasil (2005) permitem concluir que de 1998 (período da publicação do artigo de De Camino e Alfaro) para 2005, mudanças ocorreram no processo de certificação, visando superar os problemas que os autores apontam, principalmente quanto a não adaptação dos padrões a realidade local. Entre as modificações está a inclusão de reuniões sistemáticas com a comunidade envolvida no processo, a fim de identificar as formas de interação da população com a floresta, incluindo elementos destas discussões no processo de certificação, bem como a ampliação da sistemática de "educação" destas populações para a continuidade de suas atividades dentro dos requisitos estabelecidos.

Por outro lado, Rametsteiner e Simula (2002) enfatizam que a certificação tem conseguido gerar ampliação de estabilidade de mercados para os produtores, bem como tem possibilitado acesso aos mercados onde o manejo sustentável se torna cada vez mais um requisito de entrada. Os autores enfatizam em seu estudo que o objetivo inicial que era a ampliação da certificação em áreas tropicais ainda não foi obtido e que isso fica evidente quando se olha a concentração de certificação em florestal localizadas no hemisfério norte. Mesmo assim, identificam como positivo o fato da certificação florestal ter sucesso na disseminação de conhecimentos acerca do gerenciamento florestal sustentável, envolvendo aspectos econômicos, sociais e ambientais.

O último aspecto que se quer enfatizar é trazido por Molnar (2003) que aponta que a certificação não tem criado nichos de mercado nos quais as comunidades podem efetivamente competir, quando se consideram as certificações estabelecidas em florestas localizadas em países em desenvolvimento. Para esta autora, é necessário garantir-se mercado ou um preço prêmio às comunidades, em função da dificuldade em financiar-se a certificação. Nos casos que estuda (México e Guatemala) a certificação florestal vem sendo financiada por agentes internacionais, indústrias florestais e agências governamentais, porém não se pode esperar que esta forma de subsídio continue indefinidamente.

Fica claro, no conjunto de estudos abordados, que as expectativas que se tem acerca dos benefícios que a certificação pode gerar vêm acontecendo, porém com mais ênfase positiva nas certificações feitas para florestas localizadas em países desenvolvidos. Alguns estudos feitos pelo FSC-Brasil (2005) apontam que estes países apresentam maiores facilidades para certificação, uma vez que seus manejos florestais encontram-se em situação mais próxima das definidas pelos padrões de certificação, do que aquelas dos paises subdesenvolvidos, que precisam investir de forma pesada na capacitação do seu pessoal visando à superação das debilidades encontradas na sistemática de manejo.

4. O NEGÓCIO FLORESTAL ECOLÓGICO NÃO MADERÁVEL: O CASO DA ERVATEIRA PUTINGUENSE E A PRODUÇÃO DE ERVA-MATE CERTIFICADA.

A produção da erva-mate (*Ilex paraguariensis)* é de grande influência na indústria extrativista do sul do Brasil, das 180 mil toneladas produzidas no Brasil 97% são

provenientes dos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. A busca de uma melhor adequação da estrutura do sistema produtivo, em moldes empresariais, tem se tornado um desafio junto as instituições governamentais que atuam junto os produtores rurais, bem como para as instituições de ensino regionais que passaram a dar apoio no incremento de tecnologias, sistemas de gestão e qualidade.

A erva-mate cresce espontaneamente em regiões constituídas por matas de araucária Angustifólia e nas matas subtropicas. No Rio Grande do Sul na região do Alto do Vale do Taquari, as matas nativas de erva-mate passaram a ser uma alternativa econômica extrativista dada a extinção das matas nativas de araucárias e desde 1920 o cultivo de erva-mate é tradicional nesta região. As características edafoclimáticas, com solos profundos, bem drenados e o clima temperado são adequados a este cultivo, o que contribui para a manutenção histórica do setor produtivo.

No município de Putinga, distante 200 quilômetros capital Porto Alegre, atualmente são produzidos aproximadamente 30 mil quilos de erva-mate por dia nas nove indústrias ervateiras instaladas. Dentre este rol de indústrias, a Ervateira Putinguense, diferencia-se das demais ao agregar à sua produção a conformidade com normas ambientais, fato que lhe deu acesso à certificação florestal pelo FSC.

A Ervateira Putinguense, além de beneficiar a erva-mate, produz parte da matéria-prima que consome. De acordo com os dados obtidos junto ao FSC/SmartWood (2006, p.8), a capacidade de processamento anual total da Ervateira Putinguense é da ordem de 650 ton de erva-mate verde ou 260 ton de erva-mate seca. Sendo que 10% da produção da Ervateira, ou seja, 70.000 Kg/ano de erva verde ou 28.000 Kg/ano de erva-mate seca tem origem na área da empresa que foi certificada pelo FSC.

De acordo com as informações da FUNBIO (Fundo Brasileiro para a Biodiversidade), o sistema de produção utilizado é o que se chama de "sistema agroflorestal", ou seja, o consórcio de cultivo comercial e florestas nativas (FUNBIO, 2006). No caso da Ervateira Putinguense, o consórcio se dá entre a produção de erva-mate e a mata nativa da região. A distribuição do solo da propriedade entre as diversas atividades que executa pode ser observada no quadro 1. Ressalte-se que da área total da unidade produtiva (69ha), 31ha são destinados a erva-mate adensada e associada à floresta, 5ha são de áreas naturais e 7ha são de áreas de proteção permanente (APP's), o que representa 62% da propriedade.

Quadro 1 - Distribuição do Uso do solo na propriedade do Sr. Eduardo Guadagnin

LOCALIZAÇAO			AREA PRODUTIVA (ha)				INFRA-ESTRUTURA (ha)	AREA DE CONSERVAÇÃO (ha)		AREA TOTAL
Fazenda	Título	Município	Erva-mate adensada e associada à floresta	Plantio Erva	Plantio eucalipto e bracatinga	Plantio milho		Areas Naturais	APP´s	(ha)
Putinguense	Próprio	Putinga	31	20	3	1,5	1.5	5	7	69

Fonte: FSC/SMARTWOOD. **Resumo público de certificação de Ervateira Putinguense Ltda.** Piracicaba: IMAFLORA, 2003. Disponível em http://www.rainforest-alliance.org/programs/forestry/smartwood/documents/ervateiraputinguensefmpubsum05. pdf#search ='ervateira%20putinguense'. Acesso em 29 de março de 2006.

De acordo com as informações da FUNBIO (2006) Eduardo Guadagnim, proprietário da ervateira Putinguense, foi o primeiro produtor de erva-mate a cumprir o rigoroso processo da certificação socioambiental estabelecido pelo FSC. Ainda de acordo com a FUNBIO (2006) A idéia de certificação da erva-mate nasceu com o projeto Sustentabilidade e Certificação Florestal na Mata Atlântica, o qual teve apoio financeiro do Programa Fundação Ford/Funbio em parceria com a SOS Mata Atlântica, o Imaflora e o

Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (CNRBMA). Este programa, em um primeiro momento, levantou 14 espécies nativas de Mata Atlântica que poderiam ter a exploração feita sob a ótica ecológica, econômica e social, dentre as quais estava a erva-mate.

Segundo o senhor Eduardo Guadagnin, a constatação de perdas de rendimento oriundos do trato tradicional da erva-mate, aliada a sua preocupação pessoal com a preservação do meio ambiente, o levaram a buscar alternativas de manejo da produção ecologicamente mais adequadas, colocando-o em contato com o projeto "Sustentabilidade e Certificação Florestal na Mata Atlântica". Nas palavras do próprio Eduardo Guadagnin, "há 20 anos venho adquirindo terras e percebendo as vantagens de se cultivar na floresta, o que tenho passado também para os meus fornecedores. Dos mais de 40 produtores com quem trabalho, 15 já estão a caminho da certificação".

No histórico de manejo da propriedade, apresentado pelo FSC/SmartWood (2006, p. 4), é mencionado que há 25-26 anos atrás boa parte da propriedade se caracterizava por roçados para agricultura de subsistência, lavoura de milho e erva-mate, passados aproximadamente 10 anos iniciou-se uma intensa retirada de madeira, em especial a araucária e após mais 2-3 anos se consolidou o manejo da erva-mate em ambiente florestal e o plantio de erva-mate em áreas de roçado. Ainda de acordo com a fonte, fica evidenciado nos levantamentos feitos, que nos últimos 15 anos a cobertura florestal vem aumentando significativamente na unidade de manejo florestal.

É importante enfatizar que no processo de mudança feita na sistemática de produção foram relevantes as parcerias estabelecidas com a EMATER-RS e a Universidade do Vale do Taquari –UNIVATES. Ambas contribuíram para que a unidade produtiva obtivesse a certificação: a EMATER-RS através ou do suporte técnico às boas práticas de cultivo da erva-mate e a UNIVATES com o assessoramento da unidade produtiva no desenvolvimento das condições técnicas e normativas e de controle necessárias para a obtenção da certificação pelo FSC, principalmente no desenvolvimento do plano de manejo e no assessoramento das atividades realizadas na análise pré-avaliação (FSC/SmartWood, 2006, p. 4 a 9). Estas informações foram ratificadas pelo senhor Eduardo durante as entrevistas.

De acordo com as informações do FSC/SmartWodd (2006, p. 6), até 2001 o senhor Eduardo Guadagnin conduzia as atividades produtivas de modo informal, não havendo nenhum sistema de planejamento das atividades de exploração e tampouco um sistema de monitoramento. Este controle formal passou a ser feito a partir do ano de 2002. Esta situação coincide com o momento no qual a Ervateira Putinguense recebeu o selo de Qualidade-Univates, oriundo da parceria entre a unidade produtiva e a universidade.

O processo de produção ecológica da erva-mate resultou, em 2003, no Selo de Qualidade Florestal fornecido pela Forest Stewardship Council – FSC (FUNBIO, 2006). Durante a entrevista, o senhor Eduardo Guadagnin enfatizou que atualmente das 35 toneladas produzidas dentro da idéia de manejo ecológico, apenas 2 toneladas recebem o selo da FSC, as demais recebem o selo de qualidade da Univates.

O manejo que passou a ser sido seguido desde então na propriedade, visando a produção de erva mate ecológica para posterior beneficiamento pela agroindústria, exigiu práticas diferenciadas dado que os ervais deveriam ser cultivados intercalados com a mata nativa para manter o equilíbrio e a biodiversidade. Este modo de produção rompeu como o modo produtivo tradicional, pois o que passou a ser valorizado como resultado produtivo, num primeiro momento, foi o equilíbrio ambiental do sistema produtivo em detrimento da escala de produção. Obtidos os primeiros resultados, passou-se a buscar novamente a ampliação da escala, o que fica evidenciado na construção de parcerias entre o Senhor

Guadagnin e produtores de erva-mate, proprietários de terras vizinhas às suas, visando ampliar o fornecimento de erva-mate certificada para a Ervateira Putinguense.

Neste processo, a difusão do conhecimento sobre as técnicas de manejo ecológico é feita para os parceiros pelo Sr. Guadagnin. Esta transmissão é motivada tanto pelo ideal ecológico da causa, como pela necessidade de se aumentar a escala de produção. Conforme mencionado, atualmente são produzidas apenas 2 toneladas de erva-mate certificada pelo FSC, sendo o processamento efetuado na ervateira em dois dias. Para se ocupar 80% da capacidade da agroindústria com a manufatura de erva-mate ecológica seriam necessários cerca de 800ha de floresta associada com a produção da erva-mate sob manejo ecológico. É neste ponto que a cooperação se ressalta, segundo o gestor, pois, mantida a média de volume de área das propriedades que já se integraram ao processo, seriam necessários mais 75 parceiros para atingir este patamar de produção.

Pode-se destacar que a modificação no modo de produzir alterou a também a gestão da propriedade. Na relação estabelecida entre a agroindústria e seus fornecedores se verifica a ausência de contratos formais, "aqui todos são livres para escolher com quem trabalhar" (Eduardo Guadagnin, 2004)[5]. A parceria se estabelece por um lado, pelos preços diferenciados pagos pela agroindústria, em torno de 20% a mais para o quilo da arroba (15 Kg) produzida, e por outro pela afinidade com a causa ecológica, principalmente pelo não uso de agroquímicos. De acordo com informações da FUNBIO (2006, p. 1), "o produto chega ser vendido no varejo por até R$ 5,00 o quilo, enquanto que a erva não certificada é comercializada por R$ 1,95". O preço prêmio obtido é resultado da característica orgânica do produto, da sua ênfase na proteção ambiental e da diferenciação de sabor conseguida na erva-mate pelo maior sombreamento da área produtiva, que gera uma erva-mate mais adocicada (Eduardo Guadagnin, 2004).

Outro aspecto a ser considerado é que o processo gerou uma nova possibilidade de mercado, além da erva-mate tradicional para chimarrão e da erva-mate orgânica (oriunda de tratos produtivos sem adição de agroquímicos). Recentemente uma indústria do segmento de produtos cosméticos adquiriu parte da produção certificada para ser retirado o extrato da erva-mate. O extrato é manipulado para servir de essência à fabricação da linha de produtos naturais da indústria que usa a imagem vinculada à natureza e a proteção ao meio ambiente como um elemento forte de publicidade. Segundo Guadagnin (2004), essa indústria chega a pagar um valor 67% maior pelo quilograma da erva-mate, do que aquele conseguido no mercado de erva-mate para chimarrão. Existem também especulações por parte de outros segmentos, como da indústria farmacêutica, em trabalhar com a erva-mate para a produção de compostos mais elaborados dada as propriedades dos nutrientes que seriam extremamente benéficas para os organismos humanos.

5. O ESTUDO DE CASO E O CONFRONTO COM AS PROPOSIÇÕES ANALÍTICAS.

Considerando-se os eixos de discussão propostos (competitividade, certificação florestal e ambientalismo renovado) e o objetivo geral do artigo, ou seja, identificar se a certificação florestal pode gerar, ou vem gerando, ganhos de competitividade para os empreendedores que a adotam, podem ser feitas as seguintes considerações:

Em relação à **competitividade** se pode observar que a opção pelo plantio ecológico possibilitou um incremento em termos de preço para o produto, o que varia de 20% a 67%

[5] A entrevista com o Sr Eduardo Guadagnin foi realizada no dia 20 de Novembro de 2004, sendo esta não estruturada e o depoimento colhido de modo informal com o auxilio de um gravador, com o consentimento do entrevistado.

dependendo do mercado consumidor para onde a erva-mate é destinada. Este valor é importante visto que se optou em reduzir a escala de produção dado ao tipo de manejo consorciado com a floresta, para se obter uma diferenciação e o diferencial criado para o produto está oferecendo um retorno, na forma de preço, para o produtor.

Ainda sobre a competitividade pode-se verificar que o produto "erva-mate ecológica" possibilita o acesso a nichos de mercado - o de produtos ecológicos e o de produtos orgânicos, cria um novo mercado para a erva mate: o de matéria-prima para a indústria cosmética, devido aos atributos diferenciados do produto gerado e abre oportunidades junto a outro mercado potencial: a indústria farmacêutica. Nestes dois parágrafos verifica-se que a competitividade para a empresa se estabelece pela oferta de um produto diferenciado, onde o preço prêmio compensa o menor volume de vendas em relação aos produtos tradicionais, conforme afirmado por Ferraz, Kuperf e Haguenauer (1997).

Analisando-se a sustentação de uma **vantagem competitiva**, observa-se que a diferenciação observada no o produto tem origem no manejo diferenciado que lhe garante a certificação. O conhecimento acerca das técnicas de manejo pode ser considerado como um recurso importante neste processo. O interessante a ressaltar é que mesmo sendo este conhecimento uma arma competitiva que está sob domínio do empresário-produtor, o mesmo tenta torná-lo uma ferramenta de uso coletivo entre os parceiros. Fica claro que a necessidade de ampliação da escala de produção é um dos fatores motivadores deste comportamento, mas pode-se especular que este seja fruto de uma tendência comportamental do gestor. Assim em termos de sustentabilidade, observando as pontuações de Azevedo (2000), existe grande possibilidade para a empresa crescer e sobreviver neste mercado diante a carência de oferta, e da ausência de concorrentes diretos.

Dentro da idéia de padrões de competitividade, ao buscar a certificação FSC, a unidade produtiva se coloca num patamar de atendimento de um padrão de competitividade internacional, o qual não seria necessário para atender aos padrões de competitividade do seu mercado de atuação (nacional). Mas o que seria, em princípio, "um excesso", acabou gerando diferenciação para o produto, inserção em nichos específicos de mercado e abertura de novas possibilidades mercadológicas, constituindo-se numa vantagem competitiva real. Neste sentido o caso observado vai além da idéia de Coutinho e Ferraz (1997) sobre padrão de competitividade e ratifica a afirmativa de Best (1990) que as firmas ao adotarem a estratégia de diferenciação tendem a alterar o ambiente competitivo a seu favor.

Analisando o caso sob o prisma do enfoque do **ambientalismo renovado**, observa-se que as idéias que movem o processo produtivo estão de acordo com as premissas básicas desta abordagem. O gestor implementou as melhorias no processo produtivo engajado na idéia da sustentabilidade dos recursos naturais, impulsionados, entre outras coisas, por uma preocupação ecológica, e nem por isso, como se verificou, abriu mão da competitividade do processo produtivo.

Em termos de tecnologia para adequação do processo produtivo, esta foi modificada apenas na etapa da produção da matéria-prima, mas poderia ser estendida para o restante do processo produtivo que ainda é tradicional. Esta situação abre possibilidades imediatas de modificação do processo visando a otimização das fontes de energia (lenha) e redução de emissões (fumaça e cinzas). Contudo, em termos de impactos nos recursos, segundo a concepção de Egri e Pinfield (2001), a etapa de produção de matéria-prima é a maior potencializadora de riscos ambientais, o que indica que a escolha para o início das modificações foi correta.

O estudo de caso observado também se aproxima da concepção do ambientalismo renovado por envolver diferentes instituições governamentais e públicas. Isto é comprovado pela captação de recursos que foi utilizada para iniciar o manejo. Tal condição não obriga as pessoas para um forte compromisso com o meio ambiente, como sustentam os ecologistas radicais, pois as motivações para tal não são puramente normativas, mas envolvem questões sociais e econômicas que sustentam o engajamento. Este contexto tende a contribuir para a modificação das posturas dos indivíduos, que passam a incorporar as questões ambientais como parte de sua preocupação diária frente aos processos produtivos. Assim a idéia da produção ecológica de erva-mate em consórcio com a mata nativa se ajusta à construção de boas práticas do uso dos recursos naturais e de limites para a exploração, premissas básicas segundo Egri e Pinfield (2001) da noção de ambientalismo renovado.

Finalizando se observa que é a **certificação do manejo florestal** via FSC ao propor a idéia do manejo de forma ambientalmente correta, socialmente benéfica e economicamente viável que fornece o amalgama necessário entre a competitividade e a idéia do ambientalismo renovado. Esta afirmativa está de acordo com os preceitos estabelecidos no WDR (2003), o qual estabelece que sem atender às questões econômicas e sociais, a sustentabilidade ambiental não gera o desenvolvimento sustentável. No caso estudado o preço prêmio e as novas possibilidades para o produto erva-mate ratificam esta posição.

É claro que os custos de se manter a certificação como apontam os autores De Camino e Alfaro (1998) e Gullison (2003) sejam talvez a maior restrição para processo produtivo. Porém este problema foi minimizado pela ajuda de instituições engajadas com a causa ambiental (FUNBIO). Mas cabe fazer uma ressalva, esta ajuda foi apenas para implementar a certificação, no mais é a própria atividade comercial da empresa que mantém as obrigações com a certificadora. Neste sentido o estudo de caso depõe contra o apontamento de Molnar (2003), pois é a exclusividade do nicho de mercado que garante a vantagem competitiva para o produto certificado.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em que pesem todos os aspectos considerados, se pode observar que no estudo de caso comprova-se que o processo de gestão ambiental com enfoque na ação da certificação do manejo sustentado dos recursos florestais, tem potencial para gerar ganhos de competitividade para os empreendedores que orientem suas estratégias empresariais de mercado observando os princípios orientadores da certificação florestal em acordo com a causa ambiental. Mais que isso, no estudo de caso fica comprovado que a certificação via FSC criou uma vantagem competitiva importante para os produtos da Ervateira Putinguense. Outra afirmativa que pode ser feita é que as pressões da concorrência e dos consumidores sobre as organizações, para uma gestão ambientalmente mais responsável, têm proporcionado a implementação de diferentes estratégias de mercado.

Se e retomados os objetivos propostos para este artigo pode-se dizer que:

a) O estudo de caso aponta para o fato que os empreendedores que optam pela certificação florestal via FSC, obtém benefícios que podem ser considerados como vantagens competitivas.

b) Os principais ganhos observados nos estudos correlacionam-se a melhores preços (preços prêmio), acesso a nichos de mercado e abertura de novos mercados para o produto.

c) A certificação de manejo sustentável de florestas pelo FSC pode ser considerada como uma forma de ambientalismo renovado, por preocupar-se com o uso sustentável das fontes de recursos. Incrementa a idéia de sustentabilidade o fato dos três aspectos que vêm sendo considerados nos estudos do desenvolvimento sustentável – aspectos econômicos, sociais e ambientais – comporem a base da definição de princípios e critérios da certificação.

Em termos de limitações, pode-se dizer que para o trabalho a escassez de dados quantitativos que comprovem os ganhos identificados nas pesquisas figura como uma das restrições às análises, sendo a mesma corroborada pelos poucos artigos científicos acerca da certificação florestal publicados no Brasil. Neste sentido o estudo de caso analisado busca comprovar quantitativamente os ganhos observados pelos pesquisadores acerca da adoção da certificação do manejo florestal, por outro lado auxilia no aprofundamento do entendimento acerca deste tipo de certificação em âmbito nacional. Contudo os dados aqui apresentados devem ficar comedidos a este caso particular, o que incentiva novos estudos para permitir uma extrapolação das observações.

Além disso, outras ponderações podem ser fontes de novas investigações, como por exemplo, os processos decisórios envolvidos na adoção da certificação e na necessidade de expansão da área certificada. A adoção da certificação pela Ervateira Putinguense foi motivada por uma lógica ambientalista, que resultou em ganhos junto ao mercado, porém, no momento em que o empresário necessita ampliar o volume de produção, voltando a ter escala produtiva, que lógica orienta esta decisão? O desenvolvimento de parcerias é oriundo de uma lógica de mercado ou de um comportamento associativo do produtor?

Outra possibilidade de estudo trata dos dilemas envolvidos com a idéia de ambientalismo renovado. No momento em que esta forma de pensar envolve elementos historicamente antagônicos (desenvolvimento econômico e proteção ambiental), estaria ainda pautada em uma lógica excludente, na qual se fazem escolhas que podem suprimir uma das variáveis (dualismo) ou já buscaria uma lógica includente, equilíbrio entre o econômico e o ecológico (paradoxo).

Uma quarta proposta de estudo estaria correlacionada com a reflexão acerca dos limites de áreas de atuação para os pequenos produtores rurais. A criação de nichos de mercado pode ser uma saída para a ampliação de competitividade para os pequenos negócios rurais? Até que ponto os limites de conhecimento acerca do produto rural e dos mercados potenciais existentes para este produto, mas que estão geralmente distantes da atividade agropecuária, podem ser barreiras ao desenvolvimento de produtos diferenciados e mesmo de nichos de mercado?

Por fim, chamou atenção a lógica de formação do conselho que dá origem ao FSC. Diferente de outras formas de certificação, como a série ISO, não é a indústria ou um órgão normatizador que dá origem às normas de certificação, mas um consórcio de pessoas e entidades preocupadas com a questão ambiental. Até que ponto esta lógica de formação é responsável pela qualidade do processo de certificação e pela manutenção da preocupação ambiental que orienta as suas práticas?

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Thales de. Inovação tecnológica e meio ambiente: a construção de novos enfoques. **Ambiente & Sociedade**. Campinas: UNICAMP/ANPPAS, 25 de abril de 2004.

AZEVEDO, Paulo Furquim de. Concorrência no agribusiness. In: ZYLBERSTAJN, Décio; NEVES, Marcos Fava (orgs.) **Economia & gestão dos negócios agroalimentares.** São Paulo: Pioneira, 2000.
BANSAL, P; ROTH, K. Why companies go green: a model of ecological responsiveness. **Academy of Management Journal,** vol. 43, n.4, 717-736, 2000.
BEST, Michael. **The new competition: institutions of industrial restructuring.** Combridge: Hardward, 1990.
COUTINHO, Luciano; FERRAZ, João Carlos (coord.). **Estudo da competitividade da indústria brasileira.** 3.ed. Campinas: Papirus, 1997.
DE CAMINO, Ronnie; ALFARO, Marielos. La certificación em américa Latina: experiências hasta lafecha. **Red Forestal para El Desarrollo Rural.** London: ODI, n.23C, verão 1998.
EGRI, Carolyn P.; PINFIELD, Lawrence T. Ecologia e meio ambiente. In: CLEGG, S.T.; NORD, W.R.; HARDY, C. **Handbook de estudos organizacionais.** São Paulo: Atlas, 2001.
FERRAZ, João C., KUPFER, David , HAGUENAUER, Lia **Made in Brazil: desafios competitivos para a indústria.** Rio de Janeiro: Campus, 1997.
FSC-Brasil. **O processo de certificação.** Disponível em <www.fsc.org.br>. Acesso em 11 de junho de 2005.
FSC/SMARTWOOD. **Resumo público de certificação de Ervateira Putinguense Ltda.** Piracicaba: IMAFLORA, 2003. Disponível em http://www.rainforest-alliance.org/programs/forestry/ smartwood/documents/ervateiraputinguensefmpubsum05.pdf#search='ervateira%20putinguense'. Acesso em 29 de março de 2006.
FUNBIO. **Erva mate com certificação inédita entra no mercado.** Disponível em http://www.funbio.org.br/publique/web/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=937&sid=21. Acesso em 29 de março de 2006.
GREENPEACE. Cresce a demanda global por produtos certificados pelo FSC. **Remade.** Disponível em <www.remade.com.br>. Acesso em 02 de maio de 2005.
GUADAGNIN, Eduardo. **Entrevista não estruturada realizada durante visita técnica à Ervateira Putinguense, RS, em 20 de novembro de 2004.** Porto Alegre: CEPAN/UFRGS, 2004.
GUIMARÃES, E. A. **Acumulação e crescimento da firma.** Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
GULLISON, R.E. Does Forest certification conserve biodiversity? **Oryx.** United Kingdom: Oryx, n.37(2), p. 153-165, 2003.
MAFFESOLI, Michel. **No fundo das aparências.** Petrópolis: Vozes, 1996.
MARTINELLI, Bruno Marangoni. **A nova política do conselho de manejo florestal (FSC) para operações florestais com manejo em pequena escala e de baixa intensidade.** Disponível em <www.fsc.org.br>. Acesso em 15 de abril de 2005.
_____. **Pedras no caminho: hoje e o amanhã da certificação florestal em iniciativas de manejo comunitário na Amazônia Brasileira.** Disponível em <www.fsc.org.br>. Acesso em 15 de abril de 2005a.
MOLNAR, A. **Forest certification and communities: looking forward to the next decade.** Washington, DC: Forest Trends. Disponível em www.forest-trends.org. Acesso em 30 de junho de 2005. 2003.
NEBEL, Gustav; QUEVEDO, Lincoln; JACOBSEN, Jette B.; HELLES, Finn. Development and economic significance of forest certification: the case of FSC in

Bolivia. **Forest Policy and Economics.** Great Britain: Elsevier, n7, p.175-186, 2005.

RAMETSTEINER, Ewald; SIMULA, Markku. Forest certification – an instrument to promote sustainable forest management? **Journal of Environmental Management.** Great Britain: Elsevier, n.67, p.87-98, 2003.

RIBEIRO, Gustavo Lins. Ambientalismo e desenvolvimento sustentado, nova ideologia/utopia do desenvolvimento. **Série Antropologia.** UnB: Brasília, 1992.

SIMIONI, Flávio José; HOFF, Débora Nayar. **A caracterização do cluster da madeira do planalto serrano de Santa Catarina.** Lages: Uniplac/Funcitec, 2003. (relatório de pesquisa)

TAYLOR, Peter Leigh. In the market but not of it: fair trade coffee and Forest Stewardship Council certification as marked-based social change. **World Development.** Great Britain: Elsevier, v.33, n.1, p.129-147, 2005.

VIRTUOSO, José Carlos. Desenvolvimento, gestão ambiental e sustentabilidade: compreendendo o novo paradigma. **Revista Espaço Acadêmico.** Maringá: UEM, n.38, jul., 2004.

WCED – World Commission on Environment and Development. **Our common future.** Oxford: Oxford University Press, 1987.

WDR – **World Development Report 2003: sustainable development in a dynamic world: transforming institutions, growth, and quality of life.** Washington: World Bank, 2003.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** 2 ed Porto Alegre; Bookman, 2001.